



Programa Eleições de 2014

Afrânio Governador

Armindo Vice-governador

Amauri Soares Senador

Programa PSOL Eleições de 2014

Apresentação

O Brasil e Santa Catarina vivem um momento singular em sua história. Temos uma importante retomada das mobilizações populares, que questionam a sociedade em seus aspectos político, social e econômico. Sociedade esta resultado de um complexo e contraditório processo e que como síntese ainda preserva a dominação da maioria por uma minoria que oprime e explora.

Em junho de 2013, nosso país viveu um despertar dos trabalhadores e da juventude que movimentou milhões nas ruas. O governo Dilma, composto por uma coalizão conservadora liderada pelo PT e PMDB, deparou-se pela primeira vez com forte mobilização de massas, sendo que desta vez o PT era o governo de plantão e questionado. Foram as maiores manifestações desde a chegada do PT ao governo federal.

As manifestações tiveram como ponto de partida a luta contra o aumento das tarifas do transporte coletivo - cuja origem remonta a Florianópolis do início dos anos 2000 - e expressaram o descontentamento mais amplo do povo contra as péssimas condições de vida nos grandes centros urbanos. A revolta popular que teve início em junho não foi apenas contra um sistema de transporte caro, sucateado e ineficiente: foi também contra a exclusão desta maioria que vive nas cidades sem acesso a serviços públicos de qualidade na saúde, educação, segurança pública, habitação, cultura e lazer. O povo foi para a rua por dignidade, contra a homofobia e contra qualquer tipo de discriminação.

O fato novo, inaugurado desde então, é que ingressamos em uma nova conjuntura, mais favorável às lutas sociais e à defesa de um programa de mudanças estruturais, voltado para o combate à desigualdade social, à garantia de direitos, à ampliação da democracia direta e à defesa de um projeto político e econômico que garanta mobilidade urbana, os direitos dos trabalhadores, serviços públicos de qualidade e preservação do meio ambiente e dos bens comuns que devem servir ao interesse da maioria do povo. No entanto, nada garante que setores reacionários e fascistas não ampliem suas influências na vida política do país e que o processo eleitoral, em função do peso econômico, midiático e das máquinas governamentais não seja fortemente influenciado por setores parasitários ao Estado e mantenedores da ordem social vigente.

Os ventos da mudança deram maior ânimo para a luta de vários setores sociais. Em nível nacional, isso refletiu na mobilização dos povos indígenas, nas manifestações contra os abusos da Copa do Mundo, nas ocupações do movimento dos Sem Teto, e na luta de diversas categorias profissionais que retomaram a greve como instrumento legítimo e, em alguns casos, independente das estruturas sindicais. Em nosso estado, houve a retomada de importantes greves entre os servidores públicos de Florianópolis, São José, Joinville e Blumenau, o conflito intenso entre os trabalhadores do transporte coletivo e o empresariado do setor, bem como a luta dos trabalhadores da saúde e da educação estadual.

Frente à pressão das ruas, o governo Colombo e sua maioria esmagadora na ALESC não realizaram qualquer mudança de rota, mantendo intactos o atual modelo de desenvolvimento e a política econômica em curso que beneficia o grande capital.

Não aceitaremos o continuísmo representado pelas candidaturas de Colombo, Bauer e nem a falsa oposição de Vignatti. Nosso partido luta por uma real alternativa de esquerda para o Brasil e para Santa Catarina, dizendo em alto e bom tom que não aceitaremos estes projetos que não servem ao povo.

DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL

Tomando por base as resoluções aprovadas nos quatro Congressos Nacionais do PSOL, bem como o acúmulo de nossos setoriais e as discussões promovidas pela Executiva Nacional e Estadual nos Seminário de Programa de Governo no primeiro semestre de 2014, apresentamos ao povo catarinense as diretrizes gerais do Programa de Governo do PSOL às eleições deste ano. Este documento está construído em três eixos principais, a partir dos quais, estruturaremos nossas propostas. Entendemos que este não é um processo conclusivo, razão pela qual, seguiremos colhendo contribuições ao longo de todo o processo eleitoral.

Eixo 1 – Política Econômica e Modelo de Desenvolvimento

Um governo do PSOL promoverá mudanças estruturais na economia catarinense. O Brasil e o mundo vivem uma crise socioambiental que está vinculada ao modo como se organiza a economia capitalista. A destruição da natureza e a degradação do meio ambiente exigem um repensar do processo de produção e consumo.

Nossa proposta de desenvolvimento é ecologicamente orientada, pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação do

atual modelo econômico, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano para garantir a acumulação em benefício de 1% da população, enquanto 99% sofrem as consequências. Santa Catarina precisa conquistar sua verdadeira soberania. Hoje a situação é de submissão aos interesses do capital financeiro e monopolista. O Estado pagou, apenas entre janeiro e maio de 2014, R\$ 415 milhões de reais em juros¹, amortizações e encargos da dívida pública estadual (soma das dívidas interna e externa), sendo seus credores o sistema financeiro e o BNDES. Ao mesmo tempo, segundo relatório do TCE, o atual governo gastou mais com publicidade (R\$ 111 milhões) do que com saúde ou educação.

Nosso Estado é rico e arrecada muitos impostos, mas distribui injustamente. Entretanto, nossos recursos são fartamente drenados por conta do tripé juros da dívida, manutenção dos “comitês eleitorais permanentes” (as SDRs) e os fartos gastos com publicidade via Pacto de SC.

A partir da formação sócio espacial catarinense, replanejaremos nossa territorialidade e urbanidade. Criaremos a Secretaria Estadual das Cidades e fecharemos as Secretarias de Desenvolvimento Regional. Apoiaremos as prefeituras na implantação de sistemas de mobilidade urbana e no programa Tarifa Zero; implantaremos o sistema estadual de ferrovias para transporte de cargas, passageiros e turismo. Estimularemos os municípios a acabarem com os “lixões” apoiando-os para destinação final ambientalmente adequada. Apoiaremos a luta pela defesa ambiental de nossa mata atlântica, mangues, praias, mananciais a exemplo do aquífero Guarani. Apoiaremos fortemente a prática de soluções de distribuição de emprego e renda alternativas, a exemplo da economia solidária, por meio do cooperativismo e associativismo. Reformular os critérios de depósitos e distribuição dos fundos, em especial o Fundo Social que hoje são instrumentos de agraciamento política e partidária.

Eixo 2 – Sistema Político e Democracia

Compreendemos que as instituições da democracia brasileira não têm respondido aos interesses da maioria do povo. São instituições capturadas pelo poder econômico, corroídas pela corrupção e pela impunidade e distanciadas de uma representação legítima da população.

¹ <http://www.sef.sc.gov.br/sites/default/files/Q12-maio.pdf>

Os processos eleitorais, instrumento de legitimação dos governantes, constituem-se em grandes espetáculos de marketing, de enganação e falsas promessas. O poder econômico é determinante, o que deixa pequenas brechas por onde eventualmente a genuína vontade popular consegue se expressar.

As mobilizações de junho de 2013 demonstraram a crise de representação da política tradicional e suas instituições, especialmente para as novas gerações. O PSOL é um partido que na disputa institucional defende a ideia de que o poder vem das ruas e para isso defenderá uma profunda democratização do poder.

Por isso, em nosso governo, iremos superar as instituições apodrecidas e vazias de representatividade, para que correspondam à vontade popular. Criaremos mecanismos de democracia direta, que permitam ao povo tomar a política e a economia em suas próprias mãos, para colocá-las a serviço dos interesses da maioria. Da mesma forma, a revogabilidade dos mandatos dos políticos, a exemplo do referendo revogatório existente na Venezuela, é um instrumento fundamental na construção de uma viva e participativa democracia.

Uma reforma política real tem que interferir naquilo que tem feito da política um grande negócio: o financiamento das campanhas por empresas privadas. Trabalharemos para que sejam aprovadas leis que coíbam a influência do poder econômico sobre os processos eleitorais, tal como sugere a Coalizão Democrática por Eleições Limpas e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política. Na mesma medida, incentivaremos e garantiremos a participação dos setores historicamente alijados da vida política, como mulheres, negros e outros setores sociais hoje sub-representados.

Neste processo, precisaremos promover mudanças legais que permitam maior controle social sobre as instituições e os agentes políticos, com o fim da impunidade aos criminosos do colarinho branco (enquanto os presídios estão abarrotados de pobres) e de seus privilégios, ampliação dos instrumentos de fiscalização e controle, com um combate sistemático e implacável à corrupção, acabaremos com o eterno “toma-lá-dá-cá” nas relações entre executivo e legislativo. Nossa relação com os parlamentares se dará com respeito, independência e autonomia com base na vontade popular e as mudanças virão por decorrência. Essa é a verdadeira “nova política”.

Eixo 3 – Mais e Melhores Direitos

A sociedade em que vivemos produz desigualdades e injustiças que são resultado do modelo econômico excludente, concentrador e baseado na super-exploração da força

de trabalho. Não foi por acaso que o estopim das manifestações de junho foi o aumento das passagens de ônibus. A questão do direito à cidade, em especial o problema da mobilidade urbana e o descaso dos governos com o transporte coletivo faz do deslocamento diário uma verdadeira via-crúcis para o povo. Mas como foi dito nas manifestações “não era só por cinco centavos, era por direitos”. As demandas sociais são múltiplas, como a saúde, educação, fim da violência, transparência, participação... Por isso assumimos o compromisso de implantar a Tarifa Zero nos principais centros urbanos, investiremos no transporte público, na saúde, educação e cultura, inclusive melhorando os salários dos servidores públicos, agentes fundamentais na melhoria dos serviços oferecidos à população.

Nos últimos meses, as ocupações urbanas promovidas principalmente pelo MTST, trouxeram o tema da moradia popular como destaque nacional. O programa Minha Casa Minha Vida tem sido uma mina de ouro para as construtoras e o problema da moradia para as famílias pobres está longe de ser resolvido. É necessário uma revisão totalmente deste programa, retirando-o do controle das empreiteiras e compartilhando sua gestão com as entidades de luta pela moradia.

A Reforma Agrária também é de vital importância, para o povo do campo e da cidade é um modelo que pode assegurar o desenvolvimento regional. No caso das cidades, pode significar a garantia de alimentos mais baratos e de melhor qualidade na mesa dos moradores das grandes cidades.

Junto com os movimentos do campo, dentre eles o MST, buscaremos implementar um programa de reforma agrária que parta da necessidade de democratização da propriedade da terra, fixando limites, e propondo a reorganização da produção agrícola, priorizando a produção de alimentos sem venenos.

No campo dos direitos básicos, em primeiro lugar não aceitaremos retrocessos como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito à greve ou demissões arbitrárias. O PSOL apoia a luta dos trabalhadores e apoiamos os avanços, como a jornada de 40 horas semanais e aumento dos salários. Ampliaremos radicalmente os investimentos públicos em saúde e educação. No SUS, efetuiremos uma retomada global de suas funções originais, garantindo atendimento integral a todos de forma gratuita e com qualidade. Contra as privatizações dos hospitais públicos: pela revogação da Lei das organizações sociais e que o estado assumas as unidades já entregues para as OSs; ampliação da rede pública de saúde: que o estado deixe de comprar os serviços das clínicas e hospitais privados e passe a ofertar à população; fortalecimento da atenção básica como forma de melhorar a qualidade de vida e a promoção de saúde da população, prevenindo o adoecimento; ampliação dos recursos humanos nos hospitais públicos e renovação dos equipamentos para ativar os leitos que estão fechados nos hospitais. investimento em pessoal da saúde, considerando e estimulando a sua formação profissional; Apresentar proposta de lei, a fim de que o

governo de estado exige dos entes conveniados, certidões negativas de débitos com a fazenda pública, federal, estadual e municipal, para a assinatura de convênios e com prioridade para pagamentos de débitos e obrigações trabalhistas; apresentar proposta de lei para majoração do piso estadual dos profissionais de saúde; apresentar proposta de lei garantindo aos trabalhadores a incorporação do adicional noturno na aposentadoria; propor projeto de Lei garantindo aos trabalhadores da saúde que valores de contribuição de qualquer época realizado para o IPREV, seja incorporados para efeitos de cálculos da aposentadoria.

Na educação revolucionaremos o sistema de gestão das escolas com eleição direta de sua direção, incentivo à formação de grêmios estudantis livres com garantia de autonomia frente às instituições: livre organização e acesso dos sindicatos de trabalhadores em educação nos espaços de trabalho. Concurso público permanente para repor o quadro de efetivos e combater a precarização do trabalho incluindo o trabalho temporário (ACT). Implantação de 1/3 de hora atividade – tendo como referência a aula-hora visando ampliação para 50%. Asseguraremos a ampliação gradual dos investimentos públicos, coibindo o repasse para as instituições privadas de modo a universalizar o acesso a todos os níveis de educação de forma gratuita através de instituições públicas.

No campo dos direitos humanos e das liberdades civis são vários os temas que buscaremos enfrentar. O combate à homofobia, por exemplo, tem grande importância. Os ataques homofóbicos têm sido cada vez mais frequentes e a luta por direitos, como o casamento civil igualitário, ganha força principalmente junto à juventude.

O combate ao racismo também se fortaleceu nos últimos anos. O racismo que existe nas relações da sociedade brasileira vai além dos episódios mais gritantes que hora ou outra chama à atenção da opinião pública, ele está presente no cotidiano da população. A sociedade brasileira é composta na sua maioria por negras e negros nos impondo o desafio urgente de combater o racismo, erradicar as diferenças e a apartação existentes que levam um segmento tão amplo da sociedade a ser excluído de boa parte dos direitos.

A violência contra as mulheres, seus direitos sexuais e reprodutivos, as mortes absurdas fruto da criminalização do aborto e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho também devem ser temas centrais em nosso governo. Por isso, a campanha do PSOL será porta-voz da luta contra os retrocessos conservadores que almejam aprovar o Estatuto do Nascituro e dificultar o atendimento às vítimas de violência sexual. Produzir política públicas que observem a necessidade de amparar as mulheres em decorrência do aborto clandestino.

Um governo do PSOL terá a coragem que outros não tiveram de avançar na democratização dos meios de comunicação. Nosso incentivo será para instrumentos de comunicação alternativos, como rádios e TVs comunitárias, e aos meios públicos de mídia. Além disso, daremos ênfase para o controle social da mídia, com instrumentos de participação popular criando o Conselho Estadual de Comunicação e distribuição de novos critérios equânimes de distribuição de recursos públicos para veículos de comunicação. Estimularemos uma política para estimular mídia pública e comunitária.

Quanto à segurança pública, iremos promover uma mudança radical no atual sistema, propondo outro papel para a polícia que não a de repressão aos mais pobres, preparando os trabalhadores da segurança para coibir os crimes promovidos por quadrilhas especializadas.

Além disso, batalhar por uma efetiva valorização dos policiais, bombeiros e demais profissionais, tal como algumas proposições previstas nas Propostas de Emenda Constitucional 51 e 300. E também garantir o direito à sindicalização e à greve.

A segurança deve ser entendida como um direito social fundamental. Não é possível pensar em democratizar nossa sociedade sem golpear um dos aspectos mais brutais da política do aparelho de Estado: a utilização de polícias militares como instrumento de genocídio contra a população pobre e de criminalização de suas lutas sociais, para manutenção dos interesses das elites. Por isso, o PSOL defende a unificação das polícias e uma polícia cidadã.

Devemos lembrar que o Brasil é o quarto país do mundo em população carcerária, atrás apenas dos EUA, Rússia e China. Levantamento feito pelo Instituto Avante Brasil, com dados do InfoPen, do Ministério da Justiça, apontou um crescimento de 508,8% na população carcerária brasileira no período de 1990 a 2012. E quem são estes presos? No ano de 2012 os pardos e negros eram ampla maioria. Também era maioria os que têm o Ensino Fundamental Incompleto.

Os jovens também eram maioria: quase 30% tinha entre 18 e 24 anos e 25,3% entre 25 e 29 anos. Neste contexto, o comércio ilícito de entorpecentes aparece em segundo lugar de incidência (atrás dos crimes patrimoniais) atingindo 24,43% da população carcerária em geral, e no que diz respeito à população carcerária feminina, é a principal causa de encarceramento, atingido 49,65% das presas.

Nos presídios, lugar reservado aos indivíduos considerados “descartáveis” pelo Estado até hoje, reina a barbárie, como vimos de forma mais aguda no Maranhão. A sociedade se chocou com a violência em Pedrinhas, mas é hora de refletir por que se chegou a este extremo. A descriminalização do uso da maconha e combate ao narcotráfico são tarefas que o Estado tem que aprimorar. É hora de parar o clamor por encarceramento e aumentar o clamor por direitos.